

Brasil, 1945-1964: uma democracia representativa em consolidação¹

*Brazil, 1945-1964: a representative
democracy in consolidation*

Angela de Castro Gomes*

Jorge Ferreira**

Resumo

O objetivo do artigo é discutir a produção historiográfica brasileira que, desde os anos 1990, compreende a Terceira República brasileira (1945-1964) como uma experiência de democracia representativa em processo de consolidação. Nesse sentido, o artigo critica teses tradicionais que, particularmente com o conceito de populismo, desqualificam a história política do período. Ao mesmo tempo, defende que a consolidação dos partidos políticos, a participação política ampliada e o aumento da competição eleitoral conviveram com a resistência de grupos políticos conservadores que questionavam os resultados eleitorais e, por vezes, recorriam a setores das Forças Armadas para por fim ao próprio processo democrático. Apesar dos problemas inerentes a qualquer sistema político, o que se propõe é que, no período, amplos setores da sociedade brasileira construíam e, ao mesmo tempo, participavam das instituições liberal-democráticas.

Palavras-chave:

Consolidação democrática. Democracia representativa. Democracia-liberal. Terceira República. Democracia no Brasil

Abstract

This article aims to discuss the Brazilian historiographic production which, since the 90's, regards the Third Brazilian Republic (1945-

¹ O artigo é publicação simultânea com a Revista Estudios del ISHiR – Unidad Ejecutora en Red ISHiR – CONICET, Argentina, año 8, n. 20, 2018.

* Professora Titular de História do Brasil da Universidade Federal Fluminense, Professora Visitante da Universidade Federal do Rio de Janeiro e Pesquisadora 1A do CNPq.

** Professor Titular de História do Brasil da Universidade Federal Fluminense, Professor Visitante da Universidade Federal de Juiz de Fora e Pesquisador 1B do CNPq.

1964) as a representative democracy experience in a consolidation process. Taking that into account, the article criticizes traditional thesis that, particularly the concept of populism, dequalifies the political history of the time. At the same time, it defends that the consolidation of political parties, the amplified political participation and the increase of electoral competition coexisted with conservative political groups who questioned the result of the elections and, for several times, these groups would seek for sectors in the Military Forces to bring the democratic process itself to an end. Despite of the problems inherent to any political system, what is proposed is that, during that time, diverse sections of the Brazilian society would build and, at the same time, take part of liberal-democratic institutions.

Keywords:

Democratic consolidation. Representative democracy. Liberal democracy. Third Republic. Democracy in Brasil.

1 – Sobre teses equivocadas: a título de introdução

Nos dias 25 e 26 de julho de 1965, nas páginas do jornal *El Dia*, do México, publicou-se um texto que se tornaria célebre em toda a América Latina. Seu título era *Sete teses equivocadas sobre a América Latina* e seu autor, Rodolfo Stavenhagen, um dos maiores intelectuais mexicanos da segunda metade do século XX. O objetivo do texto era discutir – na verdade desmontar – um conjunto de assertivas muito divulgadas e compartilhadas que, nos anos 1950/60, eram consideradas as balizas orientadoras do processo de desenvolvimento dos países latino-americanos. Eram sete as teses enumeradas por Stavenhagen para melhor sistematizar as premissas que geravam os equívocos em que incorriam as interpretações defendidas por intelectuais e políticos para se vencer o subdesenvolvimento. No Brasil, suas formulações tiveram muita circulação, até porque, entre 1962 e 1964, ele foi o secretário-geral do Centro Latino-Americano de Pesquisas em Ciências Sociais (CLAPCS), no Rio de Janeiro, retornando para o México em função do golpe de estado de 1964.

A menção a esse importante trabalho no início deste artigo tem alguns propósitos que, obviamente, não incluem a discussão sobre o texto citado, nem sobre suas repercussões. Nossos objetivos são outros, relacionando-se diretamente com o título do artigo. Contudo, justamente por essa razão, eles dialogam com a publicação de Stavenhagen, na medida em que desejamos reforçar a crítica a uma tese equivocada, muito sólida e duradora, sobre a República de 1945/64, apontando as fortes relações entre processos históricos e pensamento político-social no Brasil.

Ou seja, estamos sugerindo que a construção de tradições intelectuais para se pensar o Brasil (ou a América Latina) pode ser uma das variáveis intervenientes no estabelecimento de tradições políticas, expressas nos comportamentos e nas orientações valorativas dos sujeitos históricos, estejam eles atuando como políticos, eleitores, intelectuais etc. Assim, debate intelectual e político se conectam de maneira nada simplista, porém significativa, sendo frutífero lembrar que muitos temas polêmicos que mobilizam as páginas da imprensa, os discursos de políticos e os trabalhos de acadêmicos, podem manter grande conexão. O Brasil dos anos 1950/60 é exemplar dessa interseção, valendo observar as linhas mestras dos projetos modernizadores traçados para os chamados países subdesenvolvidos, bem como as críticas a eles dirigidas, tanto à direita como à esquerda, que eram diversas e divididas entre si. Nesse sentido, o texto de Stavenhagen é paradigmático, organizando os principais pontos de um confronto, travado no interior das chamadas forças progressistas – que queriam “desenvolver” o Brasil e a América Latina, tirando-os de uma “situação de dependência” –, e da reação que encontraram nos setores conservadores, cada vez mais reacionários e adeptos do uso da força.

Sendo assim, o primeiro de nossos objetivos é assinalar que o período da história política republicana em análise – aquele que decorre da queda do Estado Novo, em 1945, até o golpe civil e militar de 1964 –, guarda certa variedade de designações, que traduz as dificuldades de historiadores e cientistas sociais em nominá-lo. Por tal razão, não é incomum que o período seja chamado “apenas” de República de 1945/64. Mas tampouco foi (ou ainda é) incomum que ele seja designado como o da República Populista, explicando-se por esse adjetivo uma série de características que assinalariam a vida política do país e, ao mesmo tempo, que desqualificariam a vivência dos atores políticos dessas décadas. Isto é, a “fórmula” cunhada e muito repetida – expressa na categoria “populista” – evidencia um modelo de interpretação que atribui valor negativo ao experimento político desses quase vinte anos de liberal-democracia. Como desdobramento, essa “fórmula” produz um desestímulo a investigações e reflexões que busquem confrontar essa “teoria” com dados de pesquisas, relativizando ou rejeitando o que é afirmado.

Contra tal designação, apenas a partir dos anos 1990, é possível localizar argumentos mais sistemáticos, conjugados a uma nova identificação do período, que passa a ser chamado de Terceira República.² Esse esforço de mudança de “nome” pode parecer banal;

² GOMES, Angela de Castro. Jango e a República de 1945-64: da República Populista à Terceira República. In: SOIHET, Rachel; ALMEIDA, Maria Regina; AZEVEDO, Cecília; GONTIJO, Rebeca (Org.). *Mitos, projetos e práticas políticas: memória e historiografia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009 e também GOMES, Angela

mas não é. Tal deslocamento, que tem crescido cada vez mais nos meios acadêmicos e também nos livros didáticos e de divulgação científica, implica uma profunda alteração na interpretação do que ocorreu nesses anos, significando uma valoração positiva de muitos de seus aspectos, com destaque para os que apontam para um processo de consolidação de nossa democracia representativa.

Dessa forma, queremos destacar que o período sobre o qual nos debruçamos exige, de partida, o enfrentamento de uma primeira e grande “tese equivocada”, que se evidencia na sua própria designação/ interpretação de “república populista”. Aliás, como outras na América Latina, já que essa nomenclatura, no caso do Brasil, começa a emergir na década de 1950, principalmente na imprensa, para se espalhar nos meios políticos e intelectuais, a partir dos anos 1960, mais precisamente após o golpe civil-militar de 1964. Portanto, é necessário desnaturalizar tal designação, explicitando que sua utilização obscurece todo o complexo processo de sua própria construção através do tempo, bem como o da falta de perspectiva crítica embutida em seu uso.

É exatamente esse o nosso segundo objetivo: demonstrar que o período republicano que se estende de 1945 até 1964 possui grandes tensões, assinalando continuidades com o processo político anterior, mas igualmente descontinuidades relevantes. Ou seja, se o sistema partidário e as práticas eleitorais do pós-45 mantêm vínculos com a dinâmica política do Estado Novo e da Primeira República, também demarcam transformações muito importantes, mas pouco assinaladas, na história política do Brasil. Nesse sentido, a despeito de suas ambiguidades, pode-se dizer que, nesse período, o Brasil estava construindo uma experiência de democracia representativa. Aliás, justamente porque se estava avançando e caminhando em direção à ampliação de direitos de cidadania, a Terceira República foi interrompida pelo golpe de 1964.

Nesse ponto é bom retornar à “fórmula” da república populista, presente em variados tipos de análises que vicejaram na década de 1960, mas que possuíam sólidos vínculos com teses do pensamento autoritário dos anos 1920/30, que integraram um *boom* de nacionalismo e antiliberalismo de alcance internacional. Foram diversos e importantes os pensadores que, até os anos 1940, sustentaram a existência de raízes profundas e imemoriais, capazes de explicar uma espécie de incompatibilidade entre a sociedade brasileira e as práticas e instituições da liberal-democracia. O tamanho do território e a exuberância da natureza; o agrarismo e a tradição de trabalho escravo; a ignorância do

de Castro. *A invenção do trabalhismo*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2005. Originalmente publicado em 1988.

povo; o patrimonialismo do Estado; a falta de uma elite política, moral e tecnicamente competente; a atração pelo que se fazia fora do Brasil etc., impediriam o desenvolvimento do que se chamou de “opinião pública” ou de “formas de solidariedade social modernas”. Haveria uma espécie de incapacidade ontológica da população brasileira – que não chegava a ser um “povo” – para conviver com uma experiência liberal-democrática consistente, ao que se aliava uma extrema ineficiência das elites dirigentes, em sua maioria distante da “realidade nacional”, e muito próxima de seus interesses pessoais. Diante de tal quadro, só uma nova elite política, conformada por conhecimentos técnico-científicos, seria capaz tanto de construir um novo e eficiente aparelho de Estado como de, através dele, construir o novo homem/povo brasileiro.

Uma formulação muito sofisticada que não deve ser menosprezada, nem em sua recepção, durante o período do entre-guerras, nem mesmo depois, quando passou a ser criticada por seu elitismo, racismo etc. A nosso ver, esses pensadores autoritários formularam teses que se constituíram em uma verdadeira “maneira de se falar sobre o Brasil”,³ possibilitando um processo de apropriação de ideias que recria seus sentidos, dando-lhes novas roupagens. Uma delas, sem dúvida, é a que se relaciona com a elaboração e disseminação da categoria populismo, como substantivo e adjetivo, para nomear a experiência republicana de 1945 a 1964.

De maneira muito breve e esquemática, o que tal categoria quer assinalar (ao interpretar dando um “nome”) é a emergência, no Brasil, de um tipo de experiência política marcada por uma série de características. Em primeiro lugar, pela existência de lideranças políticas sem bases sociais e partidárias, porém, justamente por isso, capazes de articular um discurso voltado para os “anseios das massas populares”. Estas, em decorrência, por serem ignorantes (basicamente por terem origens rurais e serem incultas), acreditavam facilmente nas promessas irrealizáveis e eleitoreiras, realizadas por tais líderes, que “manipulavam” suas crenças, “enganando” esses eleitores despreparados. Isso era possível porque tínhamos uma sociedade civil fraca, ainda desorganizada, o que se evidenciava pelo artificialismo de uma das instituições-chave do sistema político liberal-democrático: os partidos políticos. Se nos anos 1930/40 os pensadores autoritários os consideravam irrelevantes e indesejáveis, devendo ser descartados ante um Executivo forte; nos anos 1950/60, tratava-se de fortalecer partidos e Congresso Nacional, combatendo as razões de suas mazelas, grosso modo, traduzidas no populismo que

³ Essa expressão é de Luiz de Castro Faria e é utilizada no livro em que analisa a obra de Oliveira Vianna. Vide, *Oliveira Vianna, de Saquarema à Alameda São Boaventura, 41, Niterói: o autor, os livros, a obra*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2002.

comprometia o sistema partidário, em especial, e a política e a democracia, em geral.

A explicação do que acontecia no Brasil (e na América Latina), portanto, tinha razões macrossociais, já que o país vivia uma fase de transição, deixando de ser uma sociedade atrasada e rural, para se tornar uma moderna sociedade urbano-industrial, estando marcada pelo fenômeno das migrações do campo para a cidade. Uma análise orientada por categorias dualistas, que opunham um conjunto de pares (rural x urbano; atrasado x moderno; agrário x industrial etc.) e buscavam o desenvolvimento do país. Era essa situação histórico-sociológica que criava condições para um estilo de governo e de liderança chamados de “populista”. Tratava-se de uma interpretação de cunho estrutural, que abarcava variáveis socioeconômicas de grande escala (explicando a política pelos interesses econômicos), derivando o comportamento dos atores políticos – sobretudo o comportamento eleitoral – como delas decorrente. Em outros termos, era por tais razões que os eleitores (que ainda não sabiam votar) eram facilmente conduzidos por líderes carismáticos, com poder de mobilização, mas sem projetos políticos, até porque não possuíam compromissos partidários. É esse tipo de interpretação que esclarece a centralidade de procedimentos que devolvessem aos atores políticos – coletivos e individuais – suas margens de autonomia, assim como a identificação do populismo como uma espécie de mal maior, capaz de concentrar e tornar visíveis as falhas, insuficiências etc. de nosso sistema político entre 1945/64.

Vale então chamar a atenção para a intensidade e abrangência do debate que então se estabelece, voltando mais uma vez ao texto de Stavenhagen, de 1965, inclusive para destacar que, muito provavelmente, ele foi gestado enquanto esse autor estava no Rio de Janeiro e na CLAPCS. As sete teses equivocadas que ele enuncia são, sem margem de dúvida, o avesso do que estava sendo postulado pelas interpretações que consagravam no Brasil (e na América Latina) a fórmula do populismo como razão maior do fracasso da experiência liberal-democrática.⁴

⁴ As teses (equivocadas, devendo ser lidas pela negativa) eram as seguintes: 1ª) Os países latino-americanos são sociedades duais; 2ª) O progresso da América Latina se dará mediante a difusão dos produtos do industrialismo nas zonas atrasadas; 3ª) A existência de zonas rurais atrasadas e arcaicas é um obstáculo para a formação do mercado interno e para o desenvolvimento de um capitalismo nacional e progressista; 4ª) A burguesia nacional tem o interesse em romper o poder e o domínio da oligarquia latifundiária; 5ª) O desenvolvimento da América Latina é criação e obra de uma classe média nacionalista, progressista, empreendedora e dinâmica, e o objeto da política social e econômica de nossos governos deve ser estimular a mobilidade social e o desenvolvimento dessa classe; 6ª) A integração nacional na América Latina é produto da mestiçagem; 7ª) A integração nacional na América Latina só se realizará mediante uma aliança entre os operários e os camponeses, aliança que impõe a identidade de interesses dessas duas classes.

Mas o fôlego da interpretação populista, com muitas variantes, não foi/é pequeno. No que se refere ao recorte deste artigo, embora seja possível localizar, nos anos 1970, estudos que critiquem essa abordagem, realizando pesquisas sobre partidos políticos, eleições etc., não é exagero assinalar que, apenas nas décadas de 1980/90, houve uma produção que realizou um enfrentamento mais direto com essa interpretação. Exatamente por isso, resolvemos destacar, entre várias contribuições, duas que consideramos fundamentais para a construção e compartilhamento de uma nova interpretação para a República de 1945/64.

A primeira delas se dedicou ao estudo do processo de institucionalização dos partidos políticos, do crescimento do número de eleitores e do acirramento da competição eleitoral ocorrida nesse período. A segunda, dialogando com a anterior, ressaltou as dificuldades enfrentadas nesse processo, em função das resistências ao estabelecimento de regras que aumentassem a incerteza na competição política, gerando ações que questionaram o funcionamento eleitoral com palavras e armas. Queremos, dessa forma, chamar a atenção do leitor para essa dinâmica aparentemente contraditória, que faz com que esse período seja marcado por confrontos políticos sistemáticos, ao mesmo tempo em que a liberal-democracia ia se consolidando no país.

2 – Partidos políticos e eleitores: a incerteza na política brasileira

No Brasil, as primeiras eleições que comportaram competição entre dois ou mais partidos (ainda que estaduais) e alguma expressão de vontade do eleitorado foram as dos anos 1930. Em 1933, para a Assembleia Nacional Constituinte; em 1934, para Câmara e Senado Federal e, a seguir, para as Assembleias Constituintes estaduais.⁵ Até então, no Império e na Primeira República, o voto era aberto e as eleições, organizadas pelas oligarquias municipais e estaduais, tinham seus resultados alterados por meio de fraudes e violências. Tais procedimentos indicavam, ao mesmo tempo, o forte controle que o governo/situação mantinha sobre os pleitos, mas também a existência de competição política intraelite, além de custos (financeiros e políticos) para se atingir os resultados almejados. Com o Código Eleitoral de 1932, o voto se tornou secreto e o pleito regido por uma Justiça Eleitoral, sendo também concedido o direito de voto às mulheres. Contudo, o alistamento dos eleitores e as cédulas

⁵ SILVA, Estevão Alves da; SILVA, Thiago Nascimento da. *Eleições no Brasil antes de 1945: os casos de 1933 e 1934*. III Seminário Discente da Pós-Graduação em Ciência Política da USP, 2013 (mimeo).

eleitorais continuaram sendo garantidas pelos partidos (ou melhor, pelos chefes políticos), e o governo manteve o controle dos pleitos. Além disso, a experiência eleitoral teve curtíssima duração, devido ao golpe de novembro de 1937, que instalou o Estado Novo.

Sendo assim, apenas com as eleições realizadas a partir de 1945 (interrompidas pelo golpe civil-militar de 1964), foram assinalados avanços fundamentais no processo político-eleitoral, ainda que as novas orientações implantadas mantivessem laços de continuidade com práticas eleitorais de longa tradição. Demarcar essa dinâmica que combina permanências com importantes mudanças, ao longo desse período, são os objetivos desse item. Para tanto, é necessário estar atento à legislação eleitoral existente e também acompanhar: 1) a questão da organização dos partidos políticos, que se tornaram nacionais em sistema pluripartidário; 2) as práticas vigentes de mobilização de eleitores (das cidades e do campo), que aumentaram quantitativamente de forma exponencial, mas continuaram sendo alistados e “orientados” pelos partidos políticos; 3) e, com destaque, a alteração ocorrida no tipo de competição político-eleitoral, na medida em que o governo (a situação) perde o controle sobre os resultados eleitorais. Ou seja, esse é um período decisivo na história política do país, por assinalar a possibilidade efetiva de realização de eleições. Dito de outra forma: até então, as eleições eram controladas pelo governo que venciam todos os pleitos, mesmo quando tinha fortes oposições. A partir de 1945, o governo começa a sofrer derrotas eleitorais e as oposições, pela primeira vez, têm chances reais de vitória nas urnas.⁶ Dessa forma, as eleições tornam-se verdadeiramente competitivas, o que significa que há incerteza no processo político eleitoral, razão que fundamenta o reconhecimento do exercício da liberal-democracia, ainda que com a existência de limites/constrangimentos.

No início de 1945, a ditadura do Estado Novo entrou em crise e o país viveu um processo de transição democrática. As cisões no interior das elites civis e militares foram profundas, quer entre as que apoiavam quer entre as que se opunham a Vargas, o divisor de águas da política de então. Integra esse processo a Lei Agamenon Magalhães,⁷ também chamada de Código Eleitoral de 1945, que exigia que os partidos políticos se organizassem nacionalmente e, entre outras medidas, permitia o

⁶ Para esse argumento toda uma ampla literatura está sendo utilizada, mas quero destacar o estimulante artigo de LIMONGI, Fernando. Fazendo eleitores e eleições: mobilização política e democracia no Brasil pós-Estado Novo. *Dados - Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 58, n. 2, p. 371-400, 2015.

⁷ Decreto-lei n.7.586 de 28/05/1945, expedido pelo ministro da Justiça, Agamenon Magalhães.

alistamento *ex-officio* (alistamento coletivo de eleitores),⁸ além daquele realizado pelo cidadão, que deveria comparecer ao cartório eleitoral para se alistar. O voto universal manteve-se secreto e as eleições continuaram sendo fiscalizadas pela Justiça Eleitoral. Nessas eleições (para presidente da República, deputados federais e senadores), dois pontos devem ser lembrados: o alto grau de competição política intraelites e o fato de o governo de José Linhares (presidente do Supremo Tribunal Federal que exercia a presidência da República) não ter interferido no processo eleitoral, o que era um fato inédito na política brasileira. Por fim, essas eleições assinalaram um grande crescimento do número de eleitores (7,4 milhões, face aos 2,5 milhões de 1930).

Naquele ano de 1945, os três maiores partidos políticos que disputaram o voto da população foram: a União Democrática Nacional (UDN), o Partido Social Democrático (PSD) e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Por esse motivo, nossa preocupação se volta para esses partidos. Os de menor expressão eleitoral⁹ e o Partido Comunista Brasileiro não serão objetos de nossa análise.¹⁰

A UDN não tem em sua sigla a palavra “partido”, porque surgiu, nos primeiros meses de 1945, como um *movimento* contra Getúlio Vargas e a ditadura do Estado Novo, por um lado, e a favor da candidatura do brigadeiro Eduardo Gomes à presidência da República, por outro.¹¹ Para Maria Victória Benevides, embora a UDN defendesse os interesses dos latifundiários e industriais associados ao capital estrangeiro, voltava seu discurso para as classes médias, com denúncias de corrupção no governo e alertando para os perigos de “proletarização” desses mesmos setores médios da sociedade.¹² Contribuição original de Benevides é distinguir

⁸ Pelo alistamento *ex-officio* os chefes das repartições federais, estaduais e municipais estavam obrigados a enviar, aos cartórios eleitorais, a relação dos seus funcionários, para efeitos de inscrição eleitoral. Esse tipo de mobilização de eleitores visava beneficiar o projeto continuísta de Vargas. Entretanto, ele acabou deposto em novembro de 1945.

⁹ Além desses três grandes partidos, outros participaram do processo político-eleitoral de 1945 a 1962: o Movimento Trabalhista Renovador, o Partido Trabalhista Nacional, o Partido Social Trabalhista, o Partido Republicano Trabalhista, o Partido Democrata Cristão, o Partido Socialista Brasileiro, o Partido Social Progressista, o Partido Republicano, o Partido Libertador e o Partido da Representação Nacional. Observe o leitor que, considerando o PTB, cinco dos 13 partidos tinham a expressão “trabalhista” em seu nome, o que evidencia o valor eleitoral da categoria.

¹⁰ O Partido Comunista Brasileiro é o mais estudado no período. Seja no caso de trabalhos acadêmicos ou memórias de militantes, ele continua sendo o que mobilizou os estudiosos para produzir extensa bibliografia.

¹¹ Sobre a UDN ver Maria Victória de Mesquita Benevides, *A UDN e o udenismo: ambiguidades do liberalismo brasileiro (1945-1964)*. São Paulo: Paz e Terra, 1981 e DULCI, Otávio. *A UDN e o anti-populismo no Brasil*. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 1986.

¹² BENEVIDES, Maria Victória de Mesquita, op. cit., p. 217.

a UDN do udenismo – este último um conjunto de práticas políticas e ideológicas que se estende além do próprio partido. O udenismo é a maneira como determinado grupo político conservador no Brasil se apropriou do liberalismo. Entre algumas de suas características estão: a restrição à participação popular na política; o elitismo; o antigetulismo; o liberalismo econômico; o antiestatismo; o moralismo; o bacharelismo e o anticomunismo. Seus líderes, por exemplo, explicavam as derrotas eleitorais do partido pela incapacidade e ignorância do povo para a prática político-eleitoral. Daí a recusa em aceitar o resultado das eleições e recorrer aos militares, visando impor ao país uma “ditadura provisória” até alcançar a “democracia plena”.¹³ Não sem motivos, Benevides define o partido da seguinte maneira: “a UDN é progressista no que se opõe, reacionária no que propõe”.¹⁴

O outro importante partido político da experiência democrática brasileira é o PSD. Fundado também no início de 1945 pelos interventores dos estados, o partido estabeleceu diretórios na maioria dos municípios brasileiros. Recorrendo à herança política de Getúlio Vargas, mas mantendo seu perfil conservador, a característica central do PSD foi ser partido “solidamente instalado no *centro* político”, segundo Lucia Hippolito.¹⁵ Atuando como o fiador da democracia-liberal brasileira, o partido deu o tom da moderação política, pelo menos até a virada dos anos 1950 para os 1960. Sua força vinha do voto para conquistar maiorias parlamentares e governos estaduais. Por essas razões, o partido apostou no regime de democracia representativa, inclusive nos momentos de radicalização política. Durante o governo João Goulart, o PSD realizou esforço para garantir a continuidade do processo democrático, rompendo com o presidente somente 21 dias antes do golpe militar, quando suas bases ameaçaram entrar em rebelião com as lideranças partidárias. O PSD foi para a oposição, mas não conspirou contra o governo. Segundo Hippolito, enquanto o PSD se manteve à frente das iniciativas políticas, o sistema político brasileiro o acompanhou. No entanto, no início dos anos 1960, a política brasileira deslocou-se para a esquerda, e o PSD não acompanhou esse movimento, deixando de ser o *centro* político e ficando à reboque da conjuntura, apenas reagindo às iniciativas de outros partidos.¹⁶

¹³ Idem, p. 249.

¹⁴ Idem, p. 250.

¹⁵ Esta é a tese central da autora do livro de HIPPOLITO, Lúcia. *De raposas e reformistas: o PSD e a experiência democrática brasileira (1945-64)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985, p. 37. O livro ainda é a grande referência na historiografia brasileira sobre o PSD. Sobre o PSD é importante citar OLIVEIRA, Lúcia Lippi. O Partido Social Democrático. In FLEISCHER, David. (Org). *Os Partidos Políticos no Brasil*. Brasília: Editora UNB, 1981. v. 1.

¹⁶ HIPPOLITO, Lúcia, op. cit., p. 37.

O PTB surgiu no cenário político como resultado de longo e cuidadoso trabalho de construção do projeto trabalhista, mobilizando recursos humanos, técnicos e financeiros, particularmente o próprio Ministério do Trabalho, desde o ano de 1942, quando Alexandre Marcondes Filho ocupou a pasta.¹⁷ A fundação do PTB, um partido voltado para os trabalhadores urbanos e que defendesse as políticas sociais do governo Vargas, vinha sendo pensada desde aquele ano. Mas foi no início de 1945 que técnicos do Ministério do Trabalho junto com sindicalistas – e com o aval de Vargas – fundaram o PTB. Nesse sentido, o partido não surgiu como anteparo à influência do Partido Comunista sobre os trabalhadores. Havia, na sociedade brasileira, amplos setores assalariados que apoiavam as políticas públicas de Vargas e estavam dispostos a votar em um partido trabalhista. Na interpretação de Maria Celina D’Araújo, o PTB teve origem carismática. Marcado pelo personalismo, o PTB enfrentou forte disputa pelo legado trabalhista de Vargas.¹⁸ O partido defendia o nacionalismo, a democracia, a cidadania social dos trabalhadores e a distribuição da renda, mas, organizacionalmente, era um partido muito centralizado e clientelista. Para a autora, o nacionalismo e o reformismo do PTB não foram incompatíveis com seu empreguismo e clientelismo.¹⁹

PSD e PTB surgiram sob a égide do getulismo, enquanto a UDN tinha perfil radicalmente antigetulista e antitrabalhista. A historiografia sobre o sistema partidário do período enfatiza, com razão, que o getulismo foi o divisor de águas da nova ordem que então se estabeleceu.²⁰

¹⁷ Ver GOMES, Angela de Castro. Op. cit. e DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. *PTB, do getulismo ao reformismo*. São Paulo: Ltr, 2011. Originalmente publicado em 1989.

¹⁸ D’ARAUJO Maria Celina. *Sindicatos, Carisma e Poder: o PTB de 1945-65*. Rio de Janeiro: FGV, 1996, p. 10. Sobre o PTB e o trabalhismo poderiam ser explorados os seguintes trabalhos: BASTOS, Suely. A cisão do MTR com o PTB. In: FLEISCHER, David (Org.). *Partidos políticos no Brasil*. Brasília: Ed. UNB, 1981, v. 1; BENEVIDES, Maria Victória. *O PTB e o trabalhismo: Partido e sindicato em São Paulo (1945-1964)*. São Paulo: CEDEC/Brasiliense, 1989; BODEA, Miguel. *Trabalhismo e populismo no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Ed. UFRGS., 1992; D’ARAUJO, Maria Celina. Partidos trabalhistas no Brasil: reflexões atuais. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 6, p. 196-206, 1990; FERREIRA, Jorge. *O imaginário trabalhista: Getulismo, PTB e cultura política popular*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005; GOMES, Angela de Castro. *Partido Trabalhista Brasileiro (1945-1965): getulismo, trabalhismo, nacionalismo e reformas de base*. In: FERREIRA, Jorge; AARÃO REIS, Daniel (Org.). *Nacionalismo e reformismo radical (1945-1964): as esquerdas no Brasil*, volume 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

¹⁹ D’ARAUJO Maria Celina, *Sindicatos, Carisma e Poder*, op. cit., p. 170.

²⁰ GOMES, Angela de Castro. *Partido Trabalhista Brasileiro (1945-65): getulismo, trabalhismo, nacionalismo e reformas de base*. In: FERREIRA, Jorge; AARÃO REIS, Daniel, op. cit.

Figura 1: Cadeiras conquistadas por PSD, PTB e UDN na Câmara dos Deputados (1945-1962)

	1945	1950	1954	1958	1962
PSD	151 (52.8%)	112 (36.8%)	114 (34.9%)	115 (35.2%)	118 (28.8%)
PTB	22 (7.6%)	51 (16.7%)	56 (17.1%)	66 (20.2%)	116 (28.4%)
UDN	77 (26.9%)	81 (26.6%)	74 (22.6%)	70 (21.4%)	91 (22.9%)
cadeiras	286	304	326	326	409

Fonte: HIPPOLITO, Lúcia. *De raposas e reformistas: o PSD e a experiência democrática brasileira (1945-64)*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1985, p. 198

Considerando as eleições para a Câmara dos Deputados ao longo da experiência democrática, chama a atenção, na primeira eleição, a de 1945, a força eleitoral do PSD e a pouca expressão do PTB. Ao longo das eleições, o quadro se inverte. Em 1962, a última do período democrático, o PTB ultrapassou o PSD e a UDN, que perdeu votos nas eleições de 1954, e manteve o percentual até o final de sua existência.

O que tais dados sobre os resultados eleitorais evidenciam é que o sistema partidário estava em efetivo processo de nacionalização/interiorização, estabelecendo diretórios em muitos estados e municípios, o que possibilitava um aumento do corpo de eleitores nas cidades, como se costuma acentuar, mas também no campo, o que é muito menos lembrado. Assim, os recentes estudos sobre partidos políticos de historiadores e cientistas sociais convergem ao assinalar que, pela primeira vez na história do país, surgiram e se fortaleceram partidos políticos nacionais com programas e perfis ideológicos definidos. Antonio Lavareda,²¹ em livro de 1999, com base em ampla pesquisa, critica três teses até então adotadas na historiografia brasileira sobre esse tema. A primeira afirmava que o sistema partidário, no início dos anos 1960, passava por processo de “desestruturação” ou “desinstitucionalização”; a segunda defendia que o sistema caminhava para a “bipolarização” ou para o crescimento de “partidos dominantes”; e a terceira aludia ao processo de “realinhamento partidário”, com o declínio de partidos tradicionais, como o PSD e o Partido Republicano (PR), e o crescimento do PTB e do Partido Democrata Cristão (PDC). Recorrendo a vasto conjunto de fontes, em particular aos resultados de pesquisas do Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística (IBOPE), Lavareda recusa essas interpretações que apontavam a “fragilidade” dos partidos políticos e, conseqüentemente, a inconsistência do regime liberal-democrático no Brasil. Para ele (e outros que reforçam suas conclusões), o sistema partidário se encontrava em

²¹ LAVAREDA, Antônio. *A democracia nas urnas: o processo partidário-eleitoral brasileiro (1945-1964)*. Rio de Janeiro: Fundo/Luperj, 1999.

processo de consolidação, o que as pesquisas do IBOPE revelavam com clareza, ao mostrar a identificação entre eleitores e partidos políticos, em processo chamado de “fidelização de eleitores” por agremiações partidárias.²²

As diversas eleições – periódicas e ininterruptas, em todos os níveis – contribuíam para tal consolidação, que expressava as diversas correntes de opinião e a expansão do número de eleitores. Essa é uma questão central, pois permite que se entenda a dinâmica entre continuidades e descontinuidades na política do período. Como Fernando Limongi defende, “apenas parte deste crescimento [do eleitorado] pode ser creditado às mudanças legais, como a diminuição da idade legal para votar e a extensão do direito de voto às mulheres.”²³ Ele igualmente não poderia ser explicado pelas transformações macrosociais (urbanização e industrialização), nem mesmo pelos avanços educacionais ocorridos no pós-30, que não foram tão acentuados para gerar tamanho impacto. Por isso, sem descartar completamente esses fatores, ele pondera que o elemento decisivo para se entender uma mobilização de eleitores tão grande, em tão curto espaço de tempo – o aumento foi maior que o da população total ou adulta do país –, está na agência dos próprios partidos políticos.²⁴ A questão central a ser respondida para a compreensão desse salto no número de votantes é a seguinte: por quem e como os eleitores eram feitos? Eram feitos, maciçamente e conforme uma longa tradição, pelos partidos políticos, que se encarregavam de alistar, transportar e, até 1955, fornecer a cédula de votação a ser utilizada nos pleitos. Mesmo havendo alistamento individual e voluntário, cujo peso precisa certamente ser considerado, até pelo menos o ano de 1955, os partidos é que “faziam” os eleitores no Brasil, seguindo práticas políticas conhecidas e compartilhadas desde o século XIX.

Ou seja, a “grande transformação” que se processou na política brasileira²⁵ durante a Terceira República, foi a diminuição do controle exercido pelos partidos/chefes políticos, nem tanto sobre o processo de alistamento, mas sim sobre o voto dos eleitores. O ano de 1955 é, nesse sentido, um marco, pois nele se adota a cédula oficial, muito embora não

²² Por exemplo, às vésperas do golpe militar, pesquisas do IBOPE apontavam para um índice de 64% no reconhecimento do eleitor com seu partido, nas grandes capitais brasileiras.

²³ LIMONGI, op. cit., p. 378.

²⁴ Em 1933, o número de eleitores era de 1,5 milhão. Em dezembro de 1945, o número de votantes chegou a cerca de 7,5 milhões. Nas eleições seguintes, os eleitores continuaram crescendo. Em 1962, o número chegou a 18,5 milhões. O número é duas vezes e meia maior, comparado a 1945; e 12 vezes maior que em 1933. Se considerarmos as eleições presidenciais, o número de eleitores dobrou: seis milhões de votantes em 1945 e 12 milhões em 1960.

²⁵ Estamos evidentemente glosando o nome do famoso livro de Karl Polanyi.

se realize nenhum recadastramento eleitoral, o que demonstra que não havia questionamento maior em relação às práticas eleitorais utilizadas pelos partidos para “fazer” eleitores. Por isso, é fundamental saber que, em 1950, já havia sido aprovado um novo Código Eleitoral. Ele acabara com o alistamento *ex-officio* e com as candidaturas múltiplas (o mesmo candidato era lançado em mais de um estado e cadeira), sancionadas pela Lei Agamenon Magalhães, o que fora muito importante.²⁶

São essas variáveis políticas – especialmente o crescimento exponencial do eleitorado, associado às mudanças na legislação eleitoral –, que permitem compreender a dupla face da moeda política desse período. De um lado, o fortalecimento dos partidos políticos, com aumento e fidelização de eleitores; enquanto de outro – em paradoxo aparente –, a diminuição de seus controles sobre o resultado processo eleitoral, tornando-se a competição política muito mais acirrada e com reais graus de incerteza (um lado alimentando o outro). Por fim, não se deve esquecer da Justiça Eleitoral que, efetivamente, passou a introduzir algum grau de fiscalização nos momentos das campanhas e dos pleitos. É exatamente por tudo isso, como anunciamos – reforçando e avançando na reflexão realizada por Limongi –, que as eleições ocorridas após 1945 deixam de ser controladas pelo governo, tendo as oposições, finalmente, chances reais de vencer nas urnas. Mais uma vez e dito de outra forma: a incerteza dá entrada na história política do Brasil.

Contudo, muitos estudiosos do período usam dois argumentos para questionar o regime liberal-democrático então vigente: a interdição do direito do voto aos analfabetos e a cassação do Partido Comunista, em 1947. Em relação ao PC, é necessário considerar as diferentes conjunturas nas relações entre Estado e o movimento comunista no Brasil. No governo Dutra a repressão policial foi violenta. Mas, no segundo governo Vargas, em 1951, trabalhistas e comunistas mantiveram aliança no plano sindical. Os comunistas elegeram vários parlamentos por outras siglas partidárias e durante os governos de Juscelino Kubitschek (1956-1960) e João Goulart (1961-1964), o PCB agiu livremente, em situação de semilegalidade.

Já a questão do voto do analfabeto permite considerações interessantes. A primeira é que o veto ao voto dos analfabetos era uma limitação compartilhada pelas práticas da democracia representativa na época. Mesmo assim, é necessário considerar, seguindo os argumentos do sociólogo Gláucio Ary Dillon Soares, que uma das características da

²⁶ O melhor exemplo é Getúlio Vargas que, em 1945, foi eleito senador (pelo Rio Grande do Sul e São Paulo) e deputado constituinte (pelo Rio Grande do Sul, São Paulo, Distrito Federal, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Paraná e Bahia). Vargas recebeu uma votação de cerca de 1.150.000 votos, contribuindo para o fortalecimento do PTB e explicitando o poder de sua liderança.

Constituição de 1946 foi a ampliação dos direitos de cidadania política, havendo decréscimo real do número de analfabetos entre 1945 (eram 54% da população) e 1962 (quando são 36%). Também segundo o autor, outro ponto positivo para a democracia foi sedimentar na cultura política brasileira o valor do voto – “votar era bom e um direito ao qual amplos setores da população também deveriam ter acesso”²⁷ –, cabendo lembrar que o voto era e continua sendo obrigatório no Brasil. A segunda diz respeito à efetividade dessa interdição no período, o que é ponderado por Limongi. Ele lembra que a possibilidade do alistamento ser feito por terceiros, prática sancionada pela legislação da época, impedia controles mais rígidos. O próprio Código Eleitoral de 1950 não é preciso em “estipular provas ou documentos [que] deveriam ser apresentados para comprovar que o alistando sabia ler e escrever”. Assim, eram alfabetizados os que declarassem que o eram, podendo ser o título eleitoral entregue ao procurador do eleitor, vale dizer, àquele que havia “feito” o eleitor. Portanto, o que esse autor sustenta é que a proibição do voto do analfabeto era praticamente letra morta, sendo a indefinição da legislação eleitoral explorada por todos os partidos. É claro que tais observações não alteram a interdição do voto do analfabeto (suspensa só em 1988), mas convém considerá-las aqui.²⁸

Por fim, é necessário considerar que o regime democrático não tem receita prévia e não surge pronto, mas é conquistado, ampliado e “inventado”, no dizer de Claude Lefort. A democracia é resultado de demandas e necessidades da própria sociedade, como também de seus conflitos e contradições.

3 – Crises políticas e processo de consolidação democrática

A experiência de democracia-liberal brasileira, como demonstramos, avançava. O sistema partidário nacionalizava-se, alcançando todos os estados e se tornando competitivo; o eleitorado crescia imensamente, nas cidades e no campo; o “controle” do governo sobre o processo eleitoral se esvaía; as eleições ocorriam nas datas previstas; a Justiça Eleitoral passava a funcionar cada vez mais e melhor, garantindo a legislação vigente. Mas esse quadro de consolidação democrática, ao contrário do que se possa imaginar, teve que conviver com uma conjuntura política extremamente tensa, marcada por diversas crises políticas – autênticas tentativas de golpe de Estado –, que envolveram, grosso modo, políticos

²⁷ SOARES, Gláucio Ary Dillon. *A democracia interrompida*. Rio de Janeiro: FGV, 2001, p. 318.

²⁸ LIMONGI, op. cit., p. 383.

de oposição, com destaque da UDN, e setores das Forças Armadas, dessa feita predominantemente da Aeronáutica. Via de regra, como na Primeira República, essas crises ocorriam nos momentos de disputas eleitorais à presidência da República, seguindo um *script* razoavelmente conhecido: os derrotados nas urnas questionavam os resultados, apelando a instâncias judiciais, e procurando alianças com grupos militares insatisfeitos.

É justamente para o exame (embora rápido e esquemático) dessas crises que nos voltamos agora, no intuito de caracterizar os desafios encontrados durante esse processo de consolidação da democracia representativa no Brasil. Queremos evidenciar como os partidos políticos, agentes fundamentais do experimento liberal-democráticos, eram, ao mesmo tempo, os principais atores para seu fortalecimento e para as ameaças que sofreu no período. Com essa intenção, iremos examinar os momentos de eleições presidenciais, chamando a atenção do leitor para as questões políticas que eles suscitaram, de imediato ou não.

A primeira eleição presidencial, aquela que marcava o início do retorno do país ao estado de direito, ocorreu em dezembro de 1945. Desde fevereiro o país vivia um acelerado processo de transição da ditadura do Estado Novo para o regime de democracia representativa. No poder, Vargas tentou ditar o ritmo da transição, para garantir, quer a continuidade das elites que com ele compartilhavam o poder; quer sua própria continuidade. Como sabemos, seu sucesso foi relativo: bem maior no primeiro objetivo, que no segundo. Certamente porque ações políticas não previstas em seu plano se desencadearam – como a rápida formação de um partido de oposição (UDN) –, e ele acabou deposto por uma coalizão de antigetulistas e “getulistas”, a começar por seu próprio ministro da Guerra, o general Dutra. Nesse caso, líderes udenistas entraram em acordo com a cúpula do Exército para barrar um movimento de grande apelo popular, conhecido como Queremismo – expressão resumida da frase “Nós Queremos Getúlio” –, que exigia que Vargas tivesse o direito de concorrer como candidato à presidência da República. O crescimento e a audácia do Queremismo assustaram as elites políticas contrárias a tal plano, que deram o golpe.²⁹

Portanto, as eleições de 1945 se deram em condições muito particulares. Seus preparativos começaram durante o Estado Novo e elas se realizaram quando o chefe do Executivo federal era o presidente do Supremo Tribunal Federal. Também foram antecedidas pela anistia aos presos políticos (inclusive de Luiz Carlos Prestes, o grande líder do Partido Comunista); pelo fim da censura aos meios de comunicação; e

²⁹ Sobre o Queremismo ver: MACEDO, Michelle Reis de. *O movimento queremista e a democratização de 1945: trabalhadores na luta por direitos*. Rio de Janeiro: 7 Letras/Faperj, 2013.

pela nova organização partidária, regida pela Lei Agamenon Magalhães, já mencionada. Com a campanha eleitoral, a sociedade brasileira viveu intensamente o processo eleitoral.³⁰ A UDN, o partido antigetulista, lançou a candidatura do brigadeiro Eduardo Gomes, um nome histórico, por seus vínculos com os militares e com episódios de reação armada a governos considerados despóticos durante a Primeira República. Ele fora um dos rebeldes que sobrevivera ao episódio conhecido como a Revolta dos 18 do Forte de Copacabana, em 1922. A UDN tinha então maciço apoio da imprensa e das elites político-intelectuais que se opunham à ditadura de Vargas.

Já o PSD, partido do situacionismo varguista, lançou como candidato o general Eurico Gaspar Dutra. Também militar, participara do poder durante o Estado Novo, mas, como se disse, depusera Vargas em novembro de 1945. O PTB, outro partido varguista, acabaria por apoiá-lo (por recomendação expressa de Vargas), o que foi fundamental para sua vitória. E havia o Partido Comunista do Brasil, legalizado e apresentando como candidato Yedo Fiúza. Uma situação que duraria pouco, pois, o PCB perderia essa condição em 1947. Mas não sem antes dar um susto nos udenistas e demais forças conservadoras. O partido elegeu deputados constituintes e Fiúza teve uma quantidade de votos considerada impressionante e ameaçadora. Aliás, embora considerável, esse foi o menor dos sustos da UDN. Seu candidato, francamente favorito, perdeu as eleições para Dutra com os votos do eleitorado getulista, principalmente os do PTB. Embora surpresos e contrariados, o resultado eleitoral prevaleceu, entre outros motivos porque Dutra era general do Exército e, naquele momento, estava longe de poder ser considerado um getulista. De toda a forma, vale assinalar o comparecimento da incerteza no processo eleitoral. Se o plano de Vargas, enquanto ainda ditador, falhou; o plano da UDN, sua adversária maior, também falhou.

A segunda eleição presidencial ocorreu em outubro de 1950 e, nesse caso, vê-se o desenho de uma crise política que se inicia quando da apresentação das candidaturas, mas não cessa durante o governo do eleito. Isso porque Getúlio Vargas se lançou candidato pela coligação do PTB com o Partido Social Progressista (PSP), retomando em sua campanha o discurso trabalhista e nacionalista construído após 1942, no Estado Novo. A promessa era dar curso ao projeto nacional-desenvolvimentista e estender a política de benefícios sociais aos trabalhadores. A UDN lançou novamente o brigadeiro Eduardo Gomes, um baluarte do partido. O PSD

³⁰ Sobre o processo político brasileiro no ano de 1945 ver FERREIRA, Jorge. A democratização de 1945 e o movimento queremista. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *O tempo da experiência democrática*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, v. 3. (Coleção O Brasil Republicano).

apresentou candidato próprio (Cristiano Machado), mas, verificando suas chances quase nulas de vitória, vai abandoná-lo, para apoiar Vargas. Para a UDN, essa eleição tinha extrema importância, já que se tratava de enfrentar o ex-ditador em pessoa. Como os udenistas, antigetulistas ferrenhos, diziam: Vargas não podia ser candidato; se fosse, não podia vencer as eleições; se vencesse, não podia governar. Esse lema, prolapado antes das eleições, revelava a força da rejeição ao projeto varguista, embora fosse igualmente forte a confiança na vitória do brigadeiro.

Os resultados eleitorais foram, mais uma vez, surpreendentes para os udenistas. Vargas foi eleito presidente da República, com 48,73% dos votos válidos, enquanto Eduardo Gomes alcançou 29,66%. Quer dizer, Vargas havia se candidatado e, com o voto popular, vencido as eleições, sem sombra de dúvidas. Só que, dessa vez, os udenistas não repetiram a atitude de 1945. Como já havia acontecido na Primeira República, quando da vitória de Arthur Bernardes em 1922, os derrotados – nesse caso, a chamada Reação Republicana de Nilo Peçanha –, questionaram os resultados, apelando a um tribunal de honra e solicitando a intervenção, a seu favor, de setores militares descontentes. Foi esse episódio que gerou a Revolta dos 18 do Forte e revelou o “herói” Eduardo Gomes. O mesmo homem que, pela segunda vez, era derrotado nas urnas pelo próprio Vargas, encarnação do “mal político maior”, contra o qual o liberalismo udenista se levantava desde os anos 1940.

Assim, os udenistas não aceitaram o resultado das urnas e, como havia uma Justiça Eleitoral, entraram com recurso no Superior Tribunal Eleitoral com o objetivo de anular as eleições. O argumento era que Vargas não tivera a maioria absoluta dos votos. O problema era que a legislação eleitoral só exigia a maioria simples dos votos. Os juizes do Superior Tribunal Eleitoral rejeitaram o recurso, o que, em um regime liberal-democrático, precisa ser feito. Mas é ingenuidade pensar que eles só poderiam ter agido assim, do mesmo modo que é valioso ponderar que a Justiça Eleitoral passava, nesse episódio, por uma prova decisiva. Por isso, é interessante registrar que a cúpula do Exército se mostrou contrariada com a tentativa de anular o resultado eleitoral, e Vargas tomou posse na presidência da República.

Contudo, a crise política não fora inteiramente vencida. Se Vargas fora o candidato vencedor, rezava o dito udenista, ele não deveria governar. A estratégia da UDN foi a da oposição sistemática, com acusações e denúncias diárias no Congresso Nacional. O destaque ficou com o udenista e jornalista, Carlos Lacerda, dono da *Tribuna da Imprensa*. O jornal era implacável e sensacionalista, aliás, como a maioria da imprensa. Tanto que Vargas, praticamente subsidiou o jornalista Samuel Wainer a abrir uma folha que defendesse seu governo e sua pessoa. A *Última*

Hora se tornou quase que o único jornal que dava notícias favoráveis ao governo. Durante todo o período governamental houve dificuldades, a começar pela crise econômica herdada do antecessor. Entretanto, houve avanços, em especial no setor de energia e na ampliação da infraestrutura do país. A fundação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), do Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq), da Petrobrás, entre outros órgãos estatais, são bons exemplos.

Contudo, nada disso enfraqueceu a força da oposição a Vargas, capitaneada pela UDN, que se fortaleceu no rastro de uma conjuntura econômica negativa, com inflação alta e salários sem ser reajustados e perdendo valor de compra. Tentativa de reforma ministerial, com João Goulart no ministério do Trabalho, e de aumento de salário mínimo, resultou em tensão ainda maior. Um terreno propício à explosão contra Vargas, que viria com a tentativa de assassinato de Carlos Lacerda, ocorrida em 5 de agosto de 1954. O tiro não acertou Lacerda, mas foi mortal para seu segurança, o major da Força Aérea Brasileira (FAB) Rubens Vaz. As ligações entre a Aeronáutica e a UDN tinham antecedentes, como a figura de Eduardo Gomes materializava, e a morte de um de seus jovens oficiais, nas circunstâncias em que ocorreu, era razão mais que suficiente para que houvesse investigações e acusações contra o presidente. Até porque, o que se descobriu com grande facilidade e pela boca do pistoleiro contratado para matar, é que a ordem partira do chefe da Guarda Presidencial, Gregório Fortunato, uma espécie de sombra protetora de Vargas.

Se Vargas nada teve com o atentado, muito dificilmente poderia provar. Aliás, pode-se dizer que sua inocência, naquele contexto, era irrelevante. O cerco ao presidente aumentou rapidamente e as acusações de Lacerda sobre “o mar de lama” em que o governo se encontrava, passou a fazer todo o sentido. A crise política em que o governo e Vargas mergulharam parecia incontornável. Políticos udenistas e militares da Aeronáutica, atuando no que ficou conhecido como a “República do Galeão”, estavam determinados a depor e prender Vargas. Ganharam aliados de todos os tipos, inclusive dentro do PSD e até mesmo dentro do ministério do presidente, o que significou ausência do apoio dos três ministros militares.

Na madrugada do dia 24 de agosto, em reunião ministerial, o presidente foi instado a deixar o cargo. Logo a seguir, certamente, seria preso. No *script* da UDN, chegava-se ao fim almejado: tirar Vargas do poder. Sem alternativas, ele se recolheu a seus aposentos e, ao amanhecer, deu um tiro de revólver contra o próprio peito. Às nove horas do dia 24 de agosto, o país recebeu a notícia com forte impacto, pela voz do locutor do *Repórter Esso*. Uma carta, conhecida como Carta-Testamento, deixada ao lado de seu corpo, denunciava o complô de grupos políticos brasileiros

e de monopólios norte-americanos para explorar os trabalhadores e as riquezas do Brasil. Em todas as maiores cidades do país, uma multidão saiu às ruas e, ato contínuo, promoveu quebra-quebras, comportando-se com violência alarmante para demonstrar sua tristeza pela morte de Vargas.³¹ Durante três dias seguidos, violentos motins populares ocorreram em inúmeras cidades, sobretudo na capital da República, o Rio de Janeiro, e na cidade de Porto Alegre. Se algum golpe estava em curso, foi suspenso diante do impacto do suicídio de Vargas e, principalmente, vale acentuar, da fúria popular. Jornais antigetulistas foram atacados e Carlos Lacerda, por exemplo, teve que ser retirado de helicóptero do teto da embaixada norte-americana no Rio de Janeiro, para se livrar de populares que o atacavam. Ou seja, o mar não estava para peixes udenistas. O vice-presidente Café Filho, do PSP, tomou posse e o país começou a se preparar para as eleições que ocorreriam em outubro de 1955.

O golpe contra o governo fora detido, mas a crise política continuava e iria se manifestar nas eleições presidenciais, momento estratégico da competição intraelites. Em 1955 a UDN resolveu concorrer com um militar diferente: o general Juarez Távora, também oriundo das lutas tenentistas dos anos 1920/30 e um ex-aliado de Vargas. Já o PSD lançou como candidato o governador do estado de Minas Gerais, Juscelino Kubitschek, um jovem possedista cujo cartão de visitas era a construção da Pampulha em Belo Horizonte. Em busca de aliança política, JK, como era conhecido, convidou o líder do PTB, João Goulart, para seu vice-presidente. A formação da chapa PSD-PTB assustou os udenistas. Primeiro, porque Juscelino nunca escondeu sua admiração por Vargas, sendo Goulart identificado como o herdeiro político do ex-presidente. A contrariedade foi maior quando Luiz Carlos Prestes, secretário-geral do PCB, manifestou seu apoio à eleição de JK, o que evidenciava como, mesmo na ilegalidade, os comunistas faziam política e tinham peso na política.

Dessa feita, as tentativas de alterar o calendário eleitoral e seus resultados sofreram algumas mudanças. Logo de início, Carlos Lacerda, então deputado federal pela UDN, promoveu campanha para que as Forças Armadas impedissem as eleições e assumissem o poder com o objetivo de “sanear a política”. Mais uma vez, como já ocorrera na Primeira e na Terceira República, as forças de oposição procuravam mobilizar os militares a seu favor em uma ação golpista. Muitos udenistas o apoiaram, mas a maioria do partido não se encorajou a segui-lo. Oficiais da Marinha de Guerra e da FAB, no entanto, estavam dispostos

³¹ Sobre a crise política de agosto de 1954 ver FERREIRA, Jorge. O carnaval da tristeza: os motins urbanos do 24 de agosto. In: GOMES, Angela de Castro. (Org.). *Vargas e a crise dos anos 50*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

a aderir a essa estratégia. Não foi o suficiente e as eleições ocorreram na data prevista. O candidato udenista, Juarez Távora, foi derrotado com 30,27%.³² Entretanto, o vencedor, Juscelino Kubitschek, obteve apenas 35,68% dos votos, mostrando que seu eleitorado não era tão grande assim. A ação oposicionista não cedeu com o resultado das urnas; ao contrário, ela se acirrou.

Carlos Lacerda e seu grupo de apoiadores – políticos conservadores radicais da UDN e oficiais da FAB – queriam impedir a posse de Juscelino: quer dizer, tentavam mais uma vez dar um golpe. Quem se destacou nessa crise sucessória foi o general Henrique Teixeira Lott, o então ministro da Guerra (atual ministro do Exército). Sua postura pela manutenção da ordem legal e continuidade do regime liberal-democrático foi decisiva para o fracasso dos golpistas, tanto antes como depois das eleições. Desde a morte de Vargas, a presidência da República era ocupada pelo vice-presidente Café Filho que, nesse momento, não estava no cargo. O presidente interino, Carlos Luz, sugestivamente, exonera o general Lott do cargo de ministro, uma medida que claramente abria caminho para a ação golpista de impedir a posse de JK. Contudo, em 11 de novembro de 1955, com o apoio da cúpula do Exército, Lott comanda uma reação armada. Coloca tropas nas ruas, tomando as instalações da FAB e da Marinha, e depondo Carlos Luz da presidência interina da República. Conhecido como o episódio do “contragolpe preventivo”, o objetivo de Lott não era tomar o poder, mas garantir a posse do eleito. Ou seja, assegurar a continuidade da ordem democrática, no que era apoiado pelo PSD e PTB, partidos vencedores nas eleições.³³

Com Juscelino Kubitschek na presidência da República, o Brasil viveu período que, na imaginação política do país, ficou conhecido como “anos dourados”. Realmente houve muitos avanços econômicos. Liderando projeto desenvolvimentista, o Brasil deu um salto no crescimento econômico. Os números são reveladores: o setor de aço aumentou 100%; as indústrias mecânicas, 125%; as indústrias elétricas e de comunicações, 389%; as indústrias de equipamentos e de transporte 600%! No conjunto, a produção industrial cresceu 80%. O Plano de Metas de JK, na parte econômica, foi muito bem-sucedido. Em termos de projetos sociais, o caminho não era tão bem pavimentado. Aliás,

³² Também concorreram nas eleições Ademar de Barros, pelo PSP, com 25,77%, número nada desprezível. Plínio Salgado, outrora líder da Ação Integralista Brasileira, de orientação fascista, concorreu pelo Partido da Representação Nacional, obtendo 8,28% dos votos.

³³ Sobre a intervenção militar de 11 de novembro de 1955 ver CARLONI, Karla. *Forças Armadas e democracia no Brasil. O 11 de novembro*. Rio de Janeiro: Garamond/Faperj, 2012. Sobre Henrique Teixeira Lott ver, da mesma autora, *Marechal Lott: a opção das esquerdas: uma biografia política*. Rio de Janeiro: Garamond/Faperj, 2014.

nas áreas de educação, saúde e demais políticas de cunho social, era modestíssimo. Nada comparável ao monumento de sua meta síntese: a construção da nova capital, Brasília.³⁴

Nesses anos, se a estabilidade da liberal-democracia foi mantida, não o foi sem ameaças, que claramente davam continuidade aos planos golpistas desenvolvidos por udenistas e seus aliados militares, desde antes da realização das eleições de 1955. Assim, como a UDN não queria esperar as novas eleições, apenas um mês e dez dias após a posse de JK, a decisão foi “colocar a ‘República do Galeão’ nos ares”.³⁵ Oficiais da Aeronáutica “roubaram” dessa base aérea aviões, armas e munições e se dirigiram para Jacareacanga, no sul do Pará. O plano (quase inimaginável!) era organizar um grupo rebelde, aguardar as tropas do governo e iniciar uma guerra civil. Naturalmente, imaginavam que a venceriam. Ocorre que, as tropas legalistas vieram e sufocaram rapidamente a revolta. Os amotinados, contudo, receberam anistia do presidente. Mas não sossegaram. Em dezembro de 1959, tentaram novo golpe, sequestrando um avião (no ar) e tomando Aragarças, localidade em Goiás. O plano era também incrível (chegou-se a tramar o bombardeio do palácio do Catete), embora o movimento chegasse a ter o apoio do ministro da Aeronáutica e de setores da Marinha. Não deu certo e houve mortos. Os rebeldes acabaram fugindo para países da América Latina. Uma observação: o Exército foi fundamental para o combate e derrota dessas tentativas.

As eleições seguintes (de 1960) ocorreram, comparativamente, sem maiores problemas. O governador do estado de São Paulo, Jânio Quadros, se lançou candidato à presidência por uma coligação de pequenos partidos, recebendo o apoio da UDN com o crescimento de sua popularidade. O candidato do PSD-PTB, o general Lott, não empolgou o eleitorado. Jânio Quadros venceu as eleições com 48,26%, tornando-se o candidato mais votado até então. Para vice-presidente, também diretamente eleito, o vencedor foi João Goulart, lançado pela chapa do PSD-PTB.³⁶ Jânio tomou posse em 1º de janeiro de 1961 e, mesmo com minoria parlamentar, governava sem maiores problemas políticos. No entanto, para surpresa do país, em 25 de agosto, sete meses depois da

³⁴ Sobre o governo JK, ver: BENEVIDES, Maria Vitória. *O governo Kubitschek: desenvolvimento econômico e estabilidade política*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979; BOJUNGA, Cláudio. *JK: o artista do impossível*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001; GOMES, Angela de Castro (Org.). *O Brasil de JK*. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

³⁵ STARLING, Heloísa. As ruas da República. ALONSO, Angela; ESPADA, Heloísa (Org.) *Conflitos: fotografia e violência política no Brasil (1889-1964)*, São Paulo: IMS, 2017, p. 318-321.

³⁶ A Constituição de 1946 permitia que eleitor votasse não apenas para presidente da República, mas também para vice-presidente. Nas eleições de 1960, o candidato à vice de Henrique Lott, João Goulart, foi eleito para o cargo.

posse, renunciou ao cargo. Tudo indica que Jânio planejava um golpe de Estado. O envio do vice-presidente João Goulart para chefiar delegação à China comunista, certamente fazia parte de seus planos. Possivelmente, Jânio esperava retornar à presidência com apoio popular e militar, diminuindo os poderes do Congresso Nacional. O parlamento, contudo, não foi avisado de seus desejos e não agiu como ele esperava: aceitou sua renúncia imediatamente. O povo e muito menos os militares saíram em sua defesa. Mais uma vez, instalava-se uma grave crise política, que se agravou quando os três ministros militares emitiram nota avaliando a “inconveniência” da posse de Goulart. Um novo golpe, mas de baixo custo, na avaliação de Argelina Figueiredo.³⁷ O que também não se esperava é que os parlamentares (até os udenistas) rejeitassem a nota e afirmassem que a Constituição deveria ser cumprida: o vice-presidente deveria tomar posse.

O país entrou em Estado de sítio, não declarado oficialmente. Nesse momento, o governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola, integrante do PTB, amigo e cunhado de Goulart, liderou a resistência. Montou a Rede Radiofônica da Legalidade, centralizando a transmissão de 150 rádios no estado e no resto do país. A sociedade brasileira aderiu à Campanha da Legalidade. As próprias Forças Armadas se dividiram. A solução para a crise foi a negociação política que resultou na implantação do regime parlamentarista: Goulart tomaria posse, mas não teria poderes presidenciais. Estava encerrada uma das mais graves crises políticas da Terceira República e começando o governo Goulart, parte parlamentarista, parte presidencialista. Período agitado, com grandes mobilizações populares e fortalecimento das oposições conservadoras e de direita radical.

4 - O golpe de 1964: a título de conclusão

Não foi nosso objetivo fazer a análise dos governos da Terceira República, nem realizar um acompanhamento do movimento que a encerrou com o golpe civil-militar de março de 1964. Em muitas interpretações, esse golpe foi a culminância das diversas crises que o antecederam. A aliança entre parlamentares udenistas e militares golpistas existia em outubro de 1945. Nas crises de 1954, 1955 e 1961, bem como nos episódios de Jacareacanga e Aragarças, grupos civis e militares golpistas tentaram interromper o processo democrático. Todos esses episódios teriam sido “prenúncios” do que ocorreria em março de

³⁷ FIGUEIREDO, Argelina. *Democracia ou reformas?* Alternativas democráticas à crise política: 1961-1964. São Paulo: Paz e Terra, 1993.

1964. A nosso ver, essa é uma leitura teleológica do processo histórico: conhecendo-se seu “final”, entende-se que o regime liberal-democrático estava condenado ao fracasso desde seu início ou, ao menos, desde 1954.

Não defendemos esse tipo de interpretação. Cada uma dessas crises políticas teve sua própria história, suas motivações, não podendo ser reduzidas a “antecedentes” de algo que aconteceu, mas não tinha que acontecer. Ao contrário, o que defendemos é que, com todas essas crises, o regime de democracia representativa estava em consolidação no Brasil.

Goulart iniciou seu governo, em setembro de 1961, com bastante prestígio político e com o propósito de realizar as chamadas reformas de base. O historiador Rodrigo Patto Sá Motta observa que os propósitos golpistas de então, não passavam de “confabulações de grupos radicais à margem do processo político”.³⁸ A radicalização política avançou com o passar do tempo e com as escolhas realizadas pelos diversos atores históricos. São muitas variáveis e com imensas margens de imprevisibilidade política.

Ao final do segundo semestre de 1962 a experiência parlamentarista havia se esgotado. Marcado o plebiscito, o voto pelo retorno ao presidencialismo foi contundente. Goulart, finalmente, começaria seu governo, apresentando o Plano Trienal para a estabilização econômica do Brasil. As esquerdas e o movimento sindical atacaram o plano, e a escolha realizada por Goulart foi abandoná-lo, o que significava ter que investir na aprovação das reformas no Congresso, especialmente a reforma agrária. Isso era muito difícil e o radicalismo e a intransigência foram tomando conta de todos os partidos.

No segundo semestre de 1963, as oposições – de esquerda e de direita – pressionavam o governo. No final do ano, Goulart tomou a decisão de se aproximar das esquerdas e, não casualmente, foi nesse momento que a articulação de grupos golpistas cresceu, juntamente com o discurso anticomunista na imprensa. Os jornais passaram a fazer forte oposição a Goulart, acusando-o de liderar um golpe de esquerda. Dois acontecimentos expressaram bem o processo de polarização política em que o país se encontrava: o comício da Central do Brasil, de 13 de março de 1964 e as Marchas da Família com Deus pela Liberdade, que começaram em março e continuaram em abril de 1964. Milhares de pessoas foram às ruas para aplaudir e para rejeitar o presidente. Mas faltava um acontecimento para incendiar o país. Em 25 de março, marinheiros e fuzileiros navais se insurgiram contra o ministro da Marinha e se refugiaram no Sindicato dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro.

³⁸ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o “perigo vermelho”*: o anticomunismo no Brasil (1917-1964). São Paulo: Perspectiva/Fapesp, 2002, p. 269.

Goulart anistiou os rebeldes, atitude que gerou enorme ressentimento na oficialidade das três Forças Armadas. Nas primeiras horas do dia 31 de março, o general Mourão Filho saiu com seus recrutas da cidade mineira de Juiz de Fora. Seu objetivo era chegar à Guanabara e depor Goulart. Era o início do golpe de 1964, que interrompeu o experimento da Terceira República.

Recebido em: 27 de abril de 2018.

Aceito em: 25 maio de 2018.